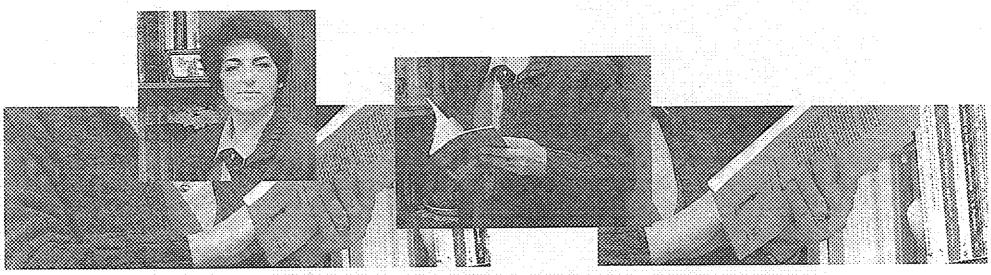


9 Congresso U som "ordem

Marine de la compansión de la compansión

19 Comunicação 10 e imagem 15 Conlinda Leite 19 cm directo

Aescolaceve desconstruirse para se construir, reconstruindo-se



A reforma não pode estar dissociada da diversidade cultural, das questões económicas, da pobreza

actividades de forma a que elas constituam algo mais integrado. Esta ideia passa, evidentemente, por quebrar o isolacionismo de cada professor e pela constituição de equipas educativas. Depois, não pretendendo que a escola fique isolada da comunidade, o projecto deveria ser da responsabilidade de vários agentes educativos - professores, alunos, alguns agentes da comunidade, pessoal auxiliar...

Esta é uma primeira questão. A outra, e acho que exige mesmo reflexão, è a questão de os projectos, na sua relação com o meio, poderem produzir essa guetização. E eu acho que isso pode mesmo acontecer - o facto de os diplomas admitirem que os currículos podem ter componentes regionais e locais conformes às características do meio, pode legitimar os saberes do quotidiano (e nesse aspecto é positivo), mas por outro lado pode ter o efeito perverso de fechar ainda mais a escola.

Esta é uma questão que na educação multicultural é muito discutida, porque há quem acuse de gerar ainda maior guetização. Por exemplo, se numa escola com muitas crianças de origem africana introduzo conteúdos que têm a ver com as suas características culturais estou, provavelmente, a contribuir para a auto-estima destas crianças; por outro lado, se apenas dirigir esses conteúdos a crianças dos mesmos grupos culturais, posso contribuir para que elas fiquem mais fechadas, e esta não é a perspectiva que se pretende quando se pensa na educação face à diversidade cultural.

Ou seja, se um projecto ficar confinado a um meio muito restrito da origem das crianças e não as fizer ascender a aspectos de outros grupos culturais, sociais e econômicos, pode acontecer o efeito perverso de as guetizar. O lado bom da medalha será a atribuição de estatuto à escola e aos seus saberes, o que pode gerar bons efeitos ao nível das auto-estimas. Isto merece muita reflexão, porque a reforma curricular não pode estar dissociada dos aspectos da diversidade cultural, das questões económicas, da pobreza - não é possívei pedir a uma criança com fome que esteja quatro ou cinco horas concentrada numa actividade. Há necessidades básicas que têm de ser resolvidas.

P - E a Reforma considera todas essas necessidades?

CL - Estou confiante, porque a equipa ministerial já anunciou que vai repensar a questão da escolaridade básica, para que se torne efectivamente gratuita - neste momento, é gratuita apenas em termos do não-pagamento de uma propina, já que exige material escolar, transportes, aquisição de manuais,

alimentação, etc.

Não sei qual vai ser o mecanismo, mas realmente acredito que a Escola passe a oferecer condições às crianças dos diversos grupos sociais e económicos, em termos que lhes resolvam as necessidades básicas e lhes permitam saltar para o degrau seguinte.

Há que pensar na criação de condições que facilitem o ensino e a aprendizagem e, depois, é preciso que a Escola reconheça as diferenças - e não apenas que as conheça -, para que as crianças não estagnem nas suas características culturais, mas evoluam e se confrontem com outros valores, outras culturas, não sendo obrigadas a renegar as suas origens.

P - Mas os currículos reconhecerão essa diversidade? Ou seja, estorão conformes à necessidade de uma escola multicultural?

CL - Eu fiz uma análise aos diplomas estruturadores da reforma, tentando ver como os vários documentos contemplam a diversidade. Utilizando uma tipologia de análise tentei perceber se reflectem atitudes assimilacionistas ou monoculturalistas (organizando-se em termos de uma cultura única, tendo como objectivo a homogeneização), multiculturalistas passivas (aceitando a diversidade, mas não a reconhecendo) ou interculturalistas (reconhecendo a diferença, quer conhecê-la e promove a interacção). Conciuí que os diplomas têm alguns aspectos que tendem para a assimilação - o que até faz sentido, quando se quer um espirito de unidade e identidade nacional -, mas também reconhecem a diferença, embora não passem à operacionalização do interagir. Portanto, a perspectiva que menos está presente é a da interacção cultural - no entanto, o ministério criou, em 1991, um secretarizdo coordenador dos programas de educação multicultural, o que mostra que reconheceu que o sistema tinha de fazer alguma coisa em termos de reconhecimento da diversidade cuitural.

Ou seja, os diplomas contemplam com alguma ambiguidade a diversidade e o sistema reconhece-a. Mas o que eu sinto é que ainda há muito a fazer, até porque, quando se fala em diversidade cultural, isso não passa apenas por questões de raça ou etnia, mas também por valores, códigos e regras que não coincidem com os da cultura escolar tradicional. Portanto, quando se fala de Escola face à diversidade cultural, tem de se pensar nesta multiplicidade de situações e, se calhar, a própria Escola deve desconstruir-se para se construir, reconstruindo-se.

P-Para terminar, e voltando ao projecto educativo, houve qualquer que ficou por dizer

CL - Para tentar dar uma imagem mais positiva da Escola e não ser sempre este negativismo corrosivo que caracteriza o discurso que nós, professores, fazemos, o antigo secretário de Estado Joaquim Azevedo fez um levantamento dos projectos educativos que existiam a nível nacional e compilou-o num livro - "A Outra Face da Escola" - onde mostra que já há muitas iniciativas que lutam contra o tai negativismo. Mas o que eu penso é que são os tais militantes pedagógicos, ainda não é a Escola na totalidade.

Por outro lado, cada vez mais se fala na construção da profissionalidade docente, uma questão que tem sido muito trabalhada pelo Antônio Nóvoa e que realça qualquer coisa de muito importante em termos curriculares.

P - Construção da profissionalidade docente que se traduz como?

CL - É a atribuição ao professor de um papel não de mero executor de programas delineados por outros - em que apenas tem de saber determinadas técnicas e metodologias, pô-las em acção e fazé-las aprender -, mas de alguém que capaz de configurar o próprio currículo. Quando cada um de nós assumir esta profissionalidade docente, a ideia de autonomia das escolas ganha mesmo corpo..., a ideia de projecto educativo ganha corpo, porque o projecto de uma escola não é igual ao de outra desde que as realidades sejam diferentes e o projecto deste ano não é igual ao do ano seguinte, porque as crianças mudam, as condições mudam, os recursos mudam...

Mas para que isto seja realidade, é necessário que o sistema confie mais nos professores e que nos mesmos sejamos cada vez mais exigentes connosco próprios - é que, realmente, dá mais trabalho sermos capazes de conceber projectos educativos de qualidade do que pegarmos num projecto que tenha sido felto por outros e executa-lo; por outro lado, é muíto menos estimulante e, se calhar, o desencanto dos professores também passa um pouco por aí, por não confiarem nós e por nos atribuirem funções que socialmente são pouco reconhecidas.

Antónia Baldaia (texto) João Paulo Coutinho (fotos)